

TÉRMINO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE GERAÇÃO

Impacto Econômico das Alternativas

Mario Veiga
mario@psr-inc.com

**Workshop sobre o Término do Prazo Contratual em
Concessões no Setor Elétrico**



Temário

- Antecedentes e objetivo
- Alternativas analisadas
- Impactos para o consumidor

Temário

- Antecedentes e objetivo
- Alternativas analisadas
- Impactos para o consumidor

O vencimento das concessões

- De 2013 a 2017 vencem concessões de geração que totalizam ~14 GW med de energia, dos quais ~12 GW med **sem possibilidade de renovação** pela atual legislação

Total MW med expirando

	2013	2014	2015	2016	2017
CHESF	-	-	5,491	-	-
CEMIG	336	-	1,664	202	229
CESP	-	-	2,835	-	-
FURNAS	-	209	1,500	-	911
EMAE	-	-	-	-	-
BAIXADA SANTISTA ENERGIA	-	-	345	-	-
CEEE	-	-	234	-	-
COPEL	-	1	116	-	-
TOTAL	336	210	12,184	202	1,140

Total MW med expirando sem direito à renovação

	2013	2014	2015	2016	2017
CHESF	-	-	5,491	-	-
CEMIG	-	-	383	-	229
CESP	-	-	2,835	-	-
FURNAS	-	-	1,500	-	911
EMAE	-	-	-	-	-
BAIXADA SANTISTA ENERGIA	-	-	345	-	-
CEEE	-	-	234	-	-
COPEL	-	-	116	-	-
TOTAL	-	-	10,903	-	1,140

O que diz a legislação atual?

- As concessões que não têm amparo legal para prorrogação deverão ser consideradas extintas
- Neste caso, a Lei no 8.987/1995, estabelece que:
 - Art. 35, § 1º: Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.
 - Art. 36: A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
- Por fim, deve ser feita **licitação** para nova outorga
- Foram propostas diversas alternativas ao disposto na legislação; o MME institui um GT que enviará propostas ao CNPE

Objetivo da apresentação

- Contribuir para o debate através da análise do impacto de diferentes alternativas de equacionamento nas tarifas de energia
 - Relacionado principalmente com a renovação dos contratos de energia existente, que será realizada a partir de 2013
- Foram analisadas quatro alternativas, detalhadas a seguir

Temário

- Antecedentes e objetivo
- **Alternativas analisadas**
- Impactos para o consumidor

1. Licitação das concessões por máximo pagamento

- O que é
 - As concessões a vencer em 2015 reverteriam ao Poder Concedente e seriam licitadas e outorgadas a quem oferecesse a maior remuneração à União (semelhante ao esquema de UBP)
- Impactos no setor
 - Aumento do preço da energia para o consumidor final (o preço da energia licitada tenderia a aumentar para o da energia nova)
 - A legislação vigente relativa ao UBP prevê sua integração à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), com aplicação exclusiva na universalização do serviço público de energia elétrica
 - Alocação eficiente dos recursos; não afeta a competitividade dos demais agentes
- Avaliação regulatória
 - Respaldo na legislação vigente (prevê também a possibilidade de combinação do critério de licitação de concessão por maior oferta de pagamento ao poder concedente com o critério de menor tarifa de serviço público)

2. Licitação das concessões por mínima tarifa

- O que é
 - As concessões a vencer em 2015 seriam licitadas e outorgadas a quem oferecesse a **menor tarifa** pelas usinas; esta energia seria distribuída para **todos** os consumidores, livres e cativos
- Impactos no setor
 - Parte do “mix” da energia do consumidor teria custos menores
 - Alocação eficiente dos recursos; não afeta a competitividade dos demais agentes
- Avaliação regulatória
 - Respaldo na legislação vigente, que admite sua combinação com o critério de maior oferta de pagamento ao poder concedente
 - Entretanto, para permitir o acesso de **consumidores livres** à menor tarifa a ser apurada na licitação definidora da nova outorga, há necessidade de *nova lei* ordinária

3. Renovação das concessões com tarifa pré-definida

- O que é
 - O concessionário teria a opção de renovar as concessões onde uma parcela da energia (por exemplo, 70%) teria uma tarifa pré-definida, por exemplo avaliação pelo custo
 - A energia produzida pela parcela da geração com tarifa pré-fixada seria disponibilizada a todos os consumidores
- Impactos no setor
 - Assim como no caso anterior, parte do “mix” da energia do consumidor teria menor custo; no entanto, o benefício seria menor do que o caso anterior, pois a tarifa pré-definida possivelmente seria maior do que a que resultaria do leilão
 - Alocação menos eficiente dos recursos; pode afetar parcialmente a competitividade dos demais agentes (depende da tarifa pré-fixada)
- Avaliação regulatória
 - Não tem respaldo na legislação vigente; dependeria de nova lei ordinária, que também se ocuparia de prever a possibilidade de consumidores livres terem acesso à tarifa regulada
 - Precedentes internacionais relevantes (Canadá, onde é conhecida como “heritage energy”)

4. Renovação das concessões com mudança para PIE

- O que é
 - O concessionário teria a opção de renovar as concessões com mudança de regime para PIE e seria aplicado um encargo para modicidade tarifária (por exemplo, abatimento do ESS ou redução da TUST).
- Impactos no setor
 - Por um lado, o custo da energia subiria, pois o preço de todas as usinas tenderia a subir para o da energia nova; por outro, haveria redução dos encargos e outras tarifas
 - Em teoria, o impacto líquido seria semelhante ao do caso anterior, a menos do fato de uma redução de encargos estimular o governo a criar novos
 - Alocação menos eficiente dos recursos; pode afetar parcialmente a competitividade dos demais agentes (depende do montante de encargos)
- Avaliação regulatória:
 - A legislação vigente prevê a possibilidade de mudança de regime de geração, de serviço público para PIE com outorga de nova concessão e incidência do pagamento do UBP, em caso de privatização da concessionária
 - Entretanto, a mudança do regime dissociada da privatização exige lei ordinária, que também abordará a alteração da destinação dos encargos (se for o caso)

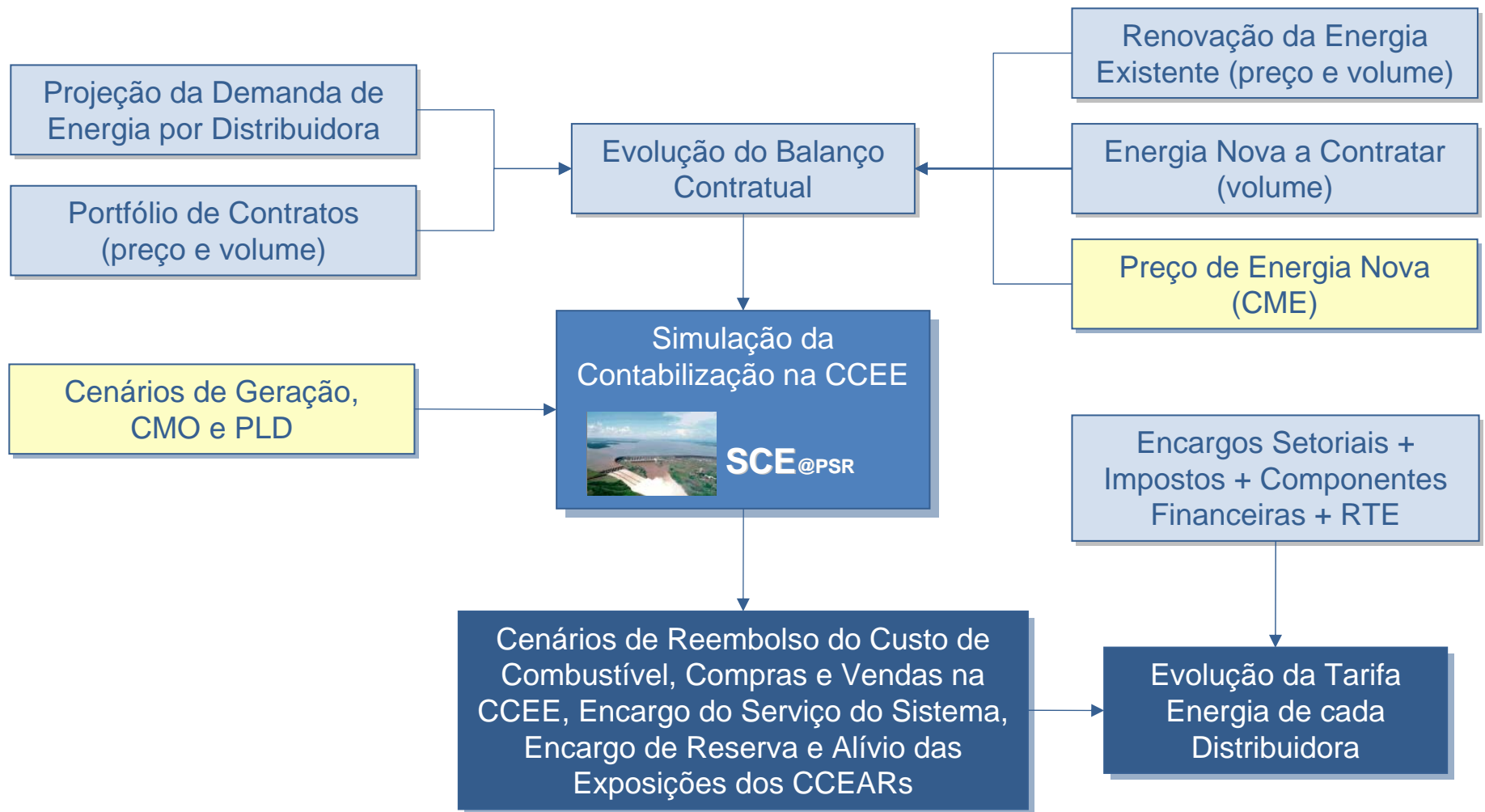
Temário

- Antecedentes e objetivo
- As alternativas em discussão
- Impactos para o consumidor

Estudos realizados

- A PSR calculou as tarifas de energia para os seguintes cenários:
 - Caso Base: supondo que nunca ocorreu a problemática das concessões
 - A energia seria renovada a um preço próximo ao custo marginal de expansão, CME
 - Cenário 1: licitação das concessões por máximo pagamento
 - Cenário 2: licitação das concessões por menor tarifa e entrega da energia a todos os consumidores, regulados e livres
 - Cenário 3: renovação das concessões com tarifa pré-definida
- Obs - a Alternativa 4 (renovação das concessões com mudança para PIE porque seu impacto no custo da energia seria equivalente ao do cenário 3)

Metodologia de análise



Premissas de preço para cada cenário

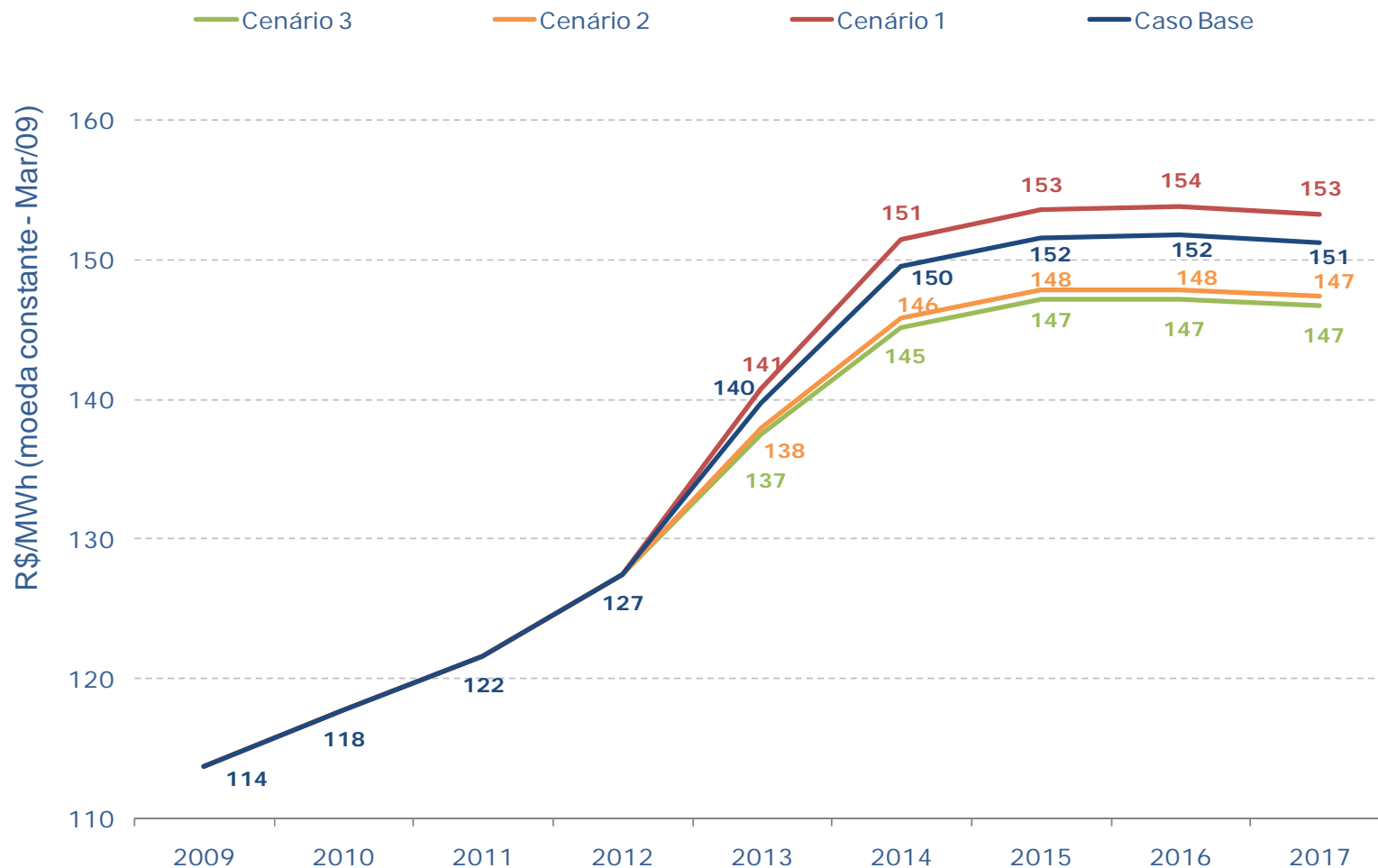
Cenário	Descrição	Implicações Comerciais
Caso Base	Caso provável caso não houvesse a problemática das concessões	Contratos de energia existente renovados por 117 R\$/MWh ("teto" sobre o preço médio de contratação de energia nova, 133 R\$/MWh).
(1)	Concessões são concedidas a novos investidores através de licitação pelo maior pagamento ao governo (maior UBP)	Contratos de energia existente renovados pela média ponderada entre 117 and 133 R\$/MWh.
(2)	Renovação pela menor tarifa: licita-se as concessões vencidas pelo critério de menor tarifa para todos os consumidores (cativos e livres)	Concessões vencidas renovadas a 81 R\$/MWh (preço médio atual dos contratos de energia existente leiloados); os contratos remanescentes são recontratados a 117 R\$/MWh.
(3)	Renovação por menor tarifa definida pelo Governo: licitação das concessões com tarifas pre-fixadas para os consumidores cativos	Concessões vencidas com 70% de sua garantia física renovadas a "um preço de referência"; os 30% remanescentes mais os demais contratos são contratados a 117 R\$/MWh.

Resultados (horizonte 2009-2017)

1. Impacto médio para os consumidores conectados na rede das 17 principais distribuidoras brasileiras
2. Impacto nas tarifas da Eletropaulo

Média das 17 distribuidoras

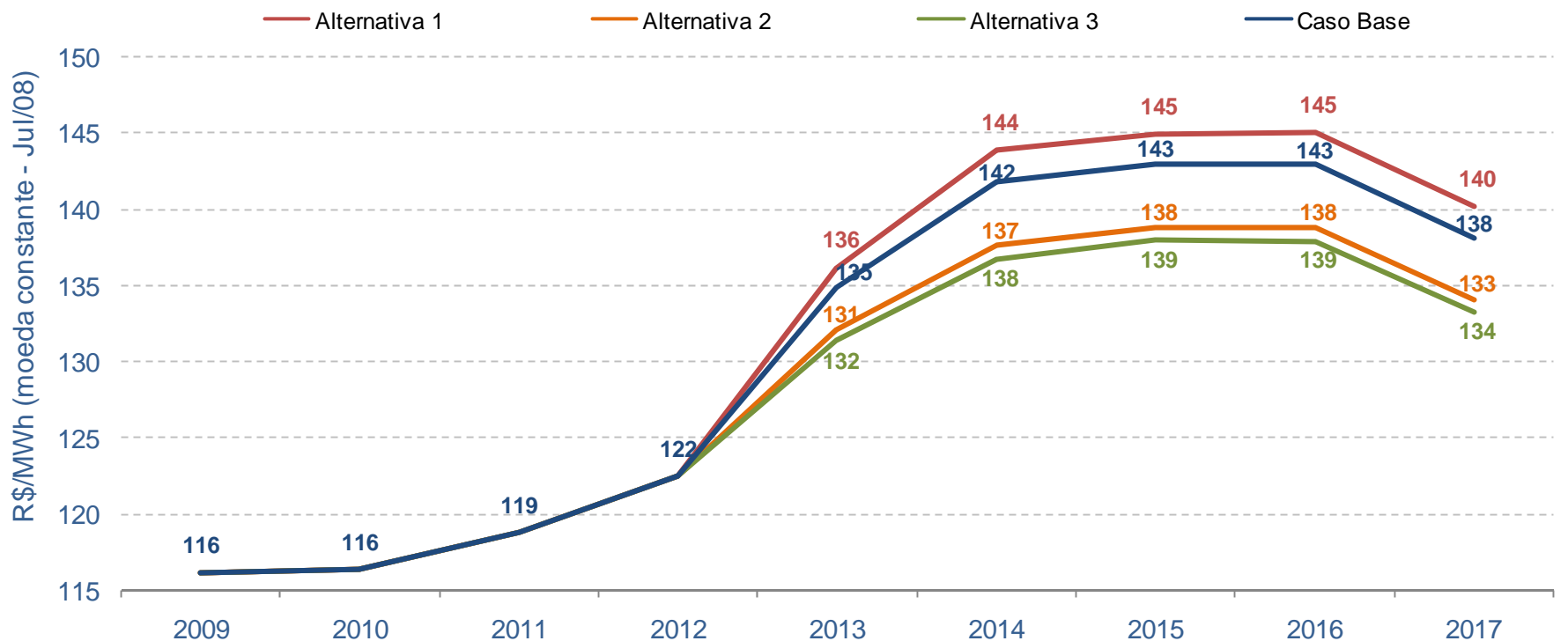
Tarifa de energia média Brasil



Contratos com modulação flat

Tarifa de energia sem componentes financeiros, RTE e impostos.

Eletropaulo



Tarifa de Energia sem RTE, Componente Financeiras, impostos e Encargo de Energia de Reserva

Assumido consumidor A2 com fator de carga de 95% e modulação flat

MUITO OBRIGADO

